

FAZER de Angola e de Moçambique «outros Brasis» era há meio século sonho partilhado, e mais ou menos publicitado, por muito boa gente do nosso País. Parecia que tal sonho se desvanecera com o tempo e com as dolorosas realidades a que deram lugar as independências forçadas das antigas províncias ultramarinas. E parece que se reavivou, sobre a designação de «Espírito de Bissau», criada há alguns anos na capital da República da Guiné-Bissau, quando ali se encontraram os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto.

Esse breve fogacho acaba agora de ser de novo asoprado por ambas as partes, sobretudo pela parte portuguesa, e aí o temos, considerado «o início de uma nova era», disposto a fazer-se fogueira, mas com a ausência do Brasil, que não foi convidado.

Será o início de um ciclo histórico? Será a era dos novos Brasis? Infelizmente, é de crer que não. Pondo de parte questões de base — como são a das escassas dimensões e potencialidades, relativamente ao gigante brasileiro, de pequenos países como Cabo Verde, a Guiné-Bissau ou São Tomé e Príncipe — e considerando apenas Angola e Moçambique, há que começar por pôr seguras esperanças em que a paz não tarde a reinar desde o Rovuma à Ponta do Ouro e desde Cabinda ao deserto de Namibe, e restitua às suas populações e às suas economias pelo menos o nível que tinham antes de 1974. **Sem paz, Angola e Moçambique não serão parceiros em que se possa confiar.**



«Sem paz, Angola e Moçambique não serão parceiros em que se possa confiar»



Será bom não perder a cabeça nem correr atrás de novos mitos ou acalantar esperanças desmedidas *Diabo 11/12/90*

O ESPÍRITO DE BISSAU

De qualquer maneira, a comparação de Angola e de Moçambique com o Brasil será sempre um pouco descabida, salvo no que se refere à comum origem lusiada. A independência do Brasil foi obra de uma minoria branca, com a participação

de bastantes mestiços. A população negra, na grande maioria, apenas sessenta anos mais tarde se libertaria da escravatura; a população ameríndia não foi ouvida nem achada, embora estivesse na sua terra.

A difícil comunidade

Politicamente, o Brasil imperial continuou ligado por laços de família à Coroa portuguesa. Isso não impediu o nativismo brasileiro, por vezes tremendamente hostil, como este não impediu a crescente afluência de mão-de-obra portuguesa, muitas vezes socialmente inferiorizada.

Desnecessário se torna insistir em como foram diferentes as condições que propiciaram as independências do Brasil e dos actuais Estados africanos de língua portuguesa.

Não obstante o portuguêsismo congénito do Brasil, a constituição de uma Comunidade Luso-Brasileira ainda está longe de vir a poder considerar-se viável; afasta-se, em vez de se aproximar. Todavia, há quase setenta anos que em ambas as margens do Atlântico essa inexistente comunidade é exaltada e reciprocamente prometida.

O ano de 1922 não foi só o do primeiro centenário da

independência do Brasil. Foi, por assim dizer, o da sua segunda descoberta, com a travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com a primeira visita ao Brasil de um chefe de Estado português, o presidente António José de Almeida, e, até, com o primeiro encontro luso-brasileiro de intelectuais da geração futurista; foi, em suma, o ponto de partida ideal para um eficaz relacionamento das duas pátrias de língua portuguesa.

Quase setenta anos se passaram. A partir daí até hoje já dificilmente se contam as festivas visitas trocadas entre estadistas de Portugal e do Brasil, cada uma delas equivalendo a formais e campanudas declarações de que se chegara à hora de pôr de parte os discursos e de se passar aos actos. Com excepção de um acordo ortográfico — aliás não inteiramente respeitado e já em vias de substituição — e de um muito limitado acordo de dupla nacionalidade, talvez possamos indagar em que medida se tem projectado em factos oficiais o espírito da comunidade luso-brasileira.

E quase nada, será a resposta. E se essa é a resposta acerca dos frutos da comunidade luso-brasileira

como será muito diferente a que futuramos em relação à desejada associação do «Espírito de Bissau»?

Realismo, precisa-se

Com esta indagação, e com todas as dúvidas que ela comporta, não se pretende amesquinhar o «Espírito de Bissau», nem ignorar o real significado da visita que levou à capital da antiga Guiné Portuguesa o primeiro-ministro português, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu secretário de Estado para a Cooperação.

Pelo contrário. O encontro de Bissau merece-nos toda a simpatia. Foi, de parte dos cinco países africanos, um passo em frente no caminho da reparação de erros graves e um sintoma do receio que sentem — com todo o mundo africano de «descolonizados» — de reduções no apoio financeiro de certas fontes internacionais. Da parte portuguesa representa, finalmente, uma compensação de todas as extorsões sofridas e de todos os enxovalhos consentidos, a começar por aquela triste história em que Samora Machel mandou deter, no seu próprio palácio, um titular português da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Convém, contudo, não

exagerar no optimismo, contrariamente ao que se está a fazer, com a recente conferência de Bissau. Não se vê que a FRELIMO ou a RENAMO estejam dispostas a transferir para Portugal a media que confiaram à Itália no conflito que ensanguenta Moçambique; nem como a mesma Itália vai abdicar a favor de Portugal do seu papel de primeiro investidor estrangeiro em Moçambique.

Também se não vê como irá o financeiramente débil Estado português competir com a França na neocolonização com que Paris está a invadir as áreas culturais da antiga Guiné Portuguesa, nem como Lisboa e Luanda vão reequilibrar o défice das suas trocas comerciais; nem também como aos empresários portugueses vão ser dadas condições de competir com adjudicatários estrangeiros.

Nenhum destes temas tem sido esquecido ultimamente do lado português e todos eles foram lembrados em Bissau. Mas uma coisa é lembrá-los e outra coisa, muito mais difícil, é dar-lhes solução. **Manda a prudência evitar que se faça do «Espírito de Bissau» mais um mito alienante.** Mas a prudência parece andar arreída dos oradores e dos comentadores.

Para mito já nos chega o de nos termos convencido de que «a Pátria é a língua portuguesa» e que isso nos basta para nos compensar de nos encontrarmos empurrados para uma unidade europeia mais do que suspeita.

A dança macabra de Timor

A tendência para o irrealismo está latente na Declaração de Bissau em mais do que um ponto, não se limita a aceitar como certo que a Conferência de Lomé, ou a Comunidade Económica Europeia, ou qualquer outro grupo de potências, se impressionem grandemente com a defesa que Portugal fizer dos interesses dos cinco PALOP; afirma-se convicto de que a Indonésia e os seus amigos se vão incomodar imensamente com a defesa que os cinco PALOP se entregarem dos direitos do Timor ainda portugueses.

Em Bissau, Portugal e os Cinco propuseram-se conjugar os seus esforços no sentido de conseguirem a libertação dos timorenses do jugo indonésio. Até há pouco, tal conjugação não existia. Se do lado oficial português se pretendia apenas a autodeterminação de Timor, do lado africano a legalidade era atribuída à tese independentista da FRETILIN. Todavia, não só os governos dos PALOP se estão a afastar da influência soviética como a própria FRETILIN



Cabo Verde já por várias vezes manifestou «nostalgia portuguesa». Mas...

deixou de girar em torno da esfera comunista. FRETILIN é agora um «nome de guerra». O que existe é a Convergência Democrática Timorense. O conjunto Portugal-PALOP deixou, portanto, de emperrar em estorvos ideológicos.

Por outro lado, o remorso constante que Timor representa para Portugal tem voltado a incrementar ultimamente o afã de Lisboa na defesa dos direitos dos timorenses. O presidente Mário Soares e o primeiro-ministro Cavaco Silva ninguém visitam, nem recebem qualquer visita estrangeira, sem que deixem de lhes pedir a atenção para o que há muito as Nações Unidas já disseram sobre Timor. E a ladainha da vergonha.

A ladainha da vergonha

Por outro lado, ainda, não há dúvida que essa ladainha tem sido escutada em algumas assembleias internacionais; em jornais vários, incluindo o «New York Times», têm voltado a ser referidos números arripantes sobre as brutalidades javanesas. E acontece, sobretudo, que a resistência heróica dos guerrilheiros de Xanana Gusmão continua a ser uma realidade incontroversa.

Devemo-nos, porém, interrogar sobre o que se encontra no reverso desta medalha patética que olhamos há quinze anos. Jacarta continua intransigente, conforme o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Akata, há poucas semanas reafirmou de forma peremptória.

O negócio entre a Indonésia e a Austrália sobre a exploração do petróleo timorense encontra-se definitivamente fechado; ainda há pouco, mencionando a realização em Tóquio de um simpósio internacional sobre Timor, um porta-voz javanês do «Asian Economic Research Institut» foi cinicamente claro ao comentar as garantias dadas a Cavaco Silva pelo seu homólogo japonês Tashiki Kaifu, de que o Japão estaria disposto a auxiliar os esforços do secretário-geral da ONU com vista a uma solução pacífica do problema de Timor:

«Se o Governo japonês for chamado a mediar o conflito, que o faça sempre na perspectiva dos interesses indonésios.»

E acrescenta, com redobrado cinismo:

«A posição da Indonésia não pode ser vista só em termos humanitaristas, pois envolve interesses económicos e estratégicos.»

Orá os cinco PALOP têm tido muito mais com que se preocupar do que com um desafio aos interesses económicos e estratégicos que desde sempre se ocultam nas sombras da dança macabra

de Timor. Se em Bissau quiseram dar a entender o contrário, limitaram-se a cumprir um ritual de cortesia, que não pode ser tomado muito a sério. E a **inclusão de Timor no programa de cooperação esboçado em Bissau é precisamente o que nos faz desconfiar da seriedade e da eficácia de todo o programa lançado e tão garganteadamente aplaudido.**

Não passemos a vida fascinados por miragens. Con-

tentemo-nos, por exemplo, no campo da cooperação luso-africana, em que Angola e Moçambique disponham de fundos para nos pagarem o que lhes vendermos, e em que o orçamento português possa suportar a construção de mais escolas na Guiné Bissau. Além de tudo o mais que é possível é preciso fazer-se, portuguesemente, nos países de África que já foram Portugal.

A.M.Z.



«O encontro de Bissau merece-nos toda a simpatia. Foi, de parte dos cinco países africanos, um passo em frente no caminho da reparação de erros graves...»